PROJETO DE LEI Nº , DE 2013
(Do Sr. Zé Silva)

Altera o art. 1º da Lei nº 9.690, de 15 de julho de 1998, que define as diretrizes e incentivos fiscais para o desenvolvimento regional e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 9690, de 15 de julho de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

“ Art. 1º Para os efeitos da Lei nº 3.692, de 15 de dezembro de 1959, é o Poder Executivo autorizado a incluir na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, os Municípios de Almenara, Araçuaí, Bandeira, Berilo, Cachoeira do Pajeú, Capelinha, Caraí, Carbonita, Chapada do Norte, Comercinho, Coronel Murta, Couto Magalhães de Minas, Datas, Diamantina, Divisópolis, Felício dos Santos, Felisburgo, Francisco Badaró, Itamarandiba, Itaobim, Itinga, Jacinto, Jequitinhonha, Joáima, Jordânia, Malacacheta, Mata Verde, Medina, Minas Novas, Montezuma, Novo Cruzeiro, Padre Paraíso, Palmópolis, Pedra Azul, Rio do Prado, Rio Vermelho, Rubim, Salto da Divisa, Santa Maria do Salto, Santo Antônio Jacinto, Senador Modestino Gonçalves, São Gonçalo do Rio Preto, Serro, Turmalina, Virgem da Lapa, da região do Vale do Jequitinhonha, **todos os municípios da região norte do Estado de Minas Gerais**; e os Municípios de Baixo Guandu, Colatina, Linhares, Marilândia, Rio Bananal, São Domingos do Norte, Pancas, Sooretama, Alto Rio Novo, Águia Branca, São Gabriel da Palha, Vila Valério, Jaguaré, Mantenópolis, Barra de São Francisco, Vila Pavão, Água Doce do Norte, Nova Venécia, São Mateus, Conceição da Barra, Boa Esperança, Pinheiros, Ecoporanga, Ponto Belo, Montanha, Mucurici e Pedro Canário, da região norte do Estado do Espírito Santo.”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

É incontestável a importância da SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste) para o desenvolvimento da região de sua área

de atuação, sobretudo pelo enfoque adotado que prioriza o desenvolvimento de uma política voltada para a redução das desigualdades regionais, incrementando uma mudança na realidade econômica de forma includente e sustentável, levando, dessa forma, à estruturação de uma sociedade mais justa.

Atualmente, estão inclusas na área de abrangência da SUDENE, 2030 municípios distribuídos entre os Estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Maranhão, Espírito Santos e Minas Gerais.

Dos 89 municípios que fazem parte da mesorregião do Norte de Minas Gerais, 53 estão inseridos na área da SUDENE e somente 36 estão excluídas. Esta exclusão causa visível desigualdade no padrão do desenvolvimento entre regiões que compõem um mesmo espaço político-administrativo, geopolítico e econômico, causando um desconforto natural diante de situações muito acentuadas.

Um meio de se dirimir esta desigualdade seria a ampliação da área de atuação da SUDENE com a inclusão destes 36 novos municípios, o que só será possível via legislativa ou por meio de uma nova atualização da metodologia de delimitação de sua área de abrangência.

Vale ressaltar que a última atualização da metodologia para inclusão de novos municípios no âmbito da SUDENE, ocorreu em 2005, na época, ampliou-se os critérios para inclusão, por considerar insuficiente o uso apenas do índice pluviométrico. Foram incluídos os municípios com pelo menos um dos critérios abaixo:

- precipitação pluviométrica média anual inferior a 800 milímetros;
- índice de aridez de até 0,5 calculado pelo balanço hídrico que relaciona as precipitações e a evapotranspiração potencial, no período entre 1961 e 1990;
- risco de seca maior que 60%, tomando-se por base o período entre 1970 e 1990.

Acredita-se que uma nova atualização dos critérios da metodologia, os 36 municípios do norte do Estado de Minas Gerais que foram excluídos em 2005, e que hoje, sofrem deficit hídrico superior a 60% do período e índice de aridez de 0,5, entrem na área de abrangência da SUDENE. No entanto, até que ocorra esta atualização, a cada ano, estes 36 municípios sofrem com a ausência dos investimentos oferecidos por esta Superintendência, o que proporcionaria mudanças significativas na sua paisagem com a implantação de projetos nas áreas de combate a desertificação, monitoramento climático, desenvolvimento sustentável entre outros.

Com o objetivo de diminuir as discrepâncias de desenvolvimento em áreas semelhantes, no caso do Norte de Minas Gerais, solicito aos pares a inserção destes 36 municípios na área de atuação da SUDENE via processo legislativo.

Sala das Sessões, em de de 2013.

Deputado **ZÉ SILVA**
PDT/MG